Em 1982, o governo militar estava enfraquecido e o regime esgotado. Inflação em alta, classe média descontente e greves operárias no ABC paulista. As eleições daquele ano seriam diretas e para evitar uma grande derrota o governo tomou uma série de medidas, como: formação de novos partidos, proibição de coligações, voto vinculado (os eleitores deveriam votar em candidatos do mesmo partido), fim do voto de legenda e continuidade da Lei Falcão (a propaganda eleitoral se restringia a divulgação do currículo dos candidatos).

Mesmo com todas essas medidas o governo perdeu feio. Após as eleições de 1982, começou em todo o país a luta por eleições diretas. Aqui em Foz do Iguaçu, algumas vozes clamavam pelo retorno da autonomia do município, com eleição para prefeito. Desde 4 de junho de 1968, os municípios de Foz do Iguaçu, Barracão, Capanema, Guaira, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola do Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu, foram declarados áreas indispensáveis à segurança nacional. Os prefeitos desses municípios, juntamente com Santa Helena, que seria incluída depois, eram interventores nomeados pelo governador, mediante prévia autorização do presidente da República.

Em Foz do Iguaçu, o movimento emancipacionista crescia, com manifestações em frente à Prefeitura. Na Câmara Municipal o clamor das ruas repercutia nos discursos categóricos de Evandro Stelle Teixeira, Severino Sacomori, Emerson Wagner e outros vereadores. Em 1983 foi criado o Conam (Comitê Nacional de Autonomia dos Municípios), que teve o então deputado estadual Sérgio Spada, juntamente com Gernote Kirinus, Caito Quintana e José Fonseca como seus primeiros membros.

Apesar do clamor popular, e das atividades do Conam a reconquista de eleições nos municípios considerados estratégicos não saía. Neste rol estavam capitais, as estâncias hidrominerais, os municípios da chamada faixa de fronteira e as cidades portuárias e industriais consideradas estratégicas. Foi então que em 11 de fevereiro de 1984, o prefeito nomeado, coronel Clóvis Cunha Vianna, oficializou no dia 11 de fevereiro de 1984, nove anos após sua nomeação, seu pedido de afastamento.

Hostilizado pela população, o coronel reformado e engenheiro da Itaipu, já havia anteriormente manifestado ao Conselho de Segurança Nacional sua intenção de entregar o cargo. Entretanto, a demora na nomeação de um novo prefeito, levou com que cinco vereadores: Emerson Wagner, Severino Sacomori, Justino Bianco, João Kuster e José Arceno, entrassem em greve de fome, para pressionar o governo a se definir por um dos três nomes indicados numa lista tríplice, confeccionada em comum acordo entre o PDS e PMDB. O PMDB contava como fava contada que seu indicado, Nadir Rafain fosse o novo prefeito nomeado. Os outros nomes eram Mário Boff (PDS ligado a Canet Júnior) e Wádis Benvenutti (PDS com alguma articulação nos meios militares). Por fora corria o engenheiro Sérgio Levy, apadrinhado pelo general Costa Cavalcanti, então diretor geral da Itaipu e um dos homens fortes do regime.

A greve de fome dos vereadores II No dia 11 de fevereiro de 1984, o coronel Clóvis Cunha Vianna oficializou o seu pedido de afastamento do cargo de prefeito. Nove anos antes, ele havia chegado à Foz do Iguaçu, sob o manto protetor do general Costa Cavalcanti, para assumir a chefia do Poder Executivo. Semanas antes de sua renúncia, Vianna já havia manifestado ao Conselho de Segurança Nacional seu interesse em ir embora de Foz do Iguaçu. Foram dias tumultuados aqueles que precederam o afastamento do coronel reformado. Quase que diariamente os partidos de oposição faziam manifestações em frente à prefeitura, pedindo a renúncia de Vianna e clamando por eleição direta para prefeito.

O município de Foz do Iguaçu estava sob intervenção federal desde quatro de junho de 1968, quando foi declarado “área de segurança nacional”. Agradando os militares – A notícia de que o coronel nomeado prefeito estava entregando o cargo deflagrou uma corrida para ocupar o cargo. O PMDB se achava com direito, por ser o partido o então governador José Richa. Por outro lado, o PDS se considerava dono do cargo, por ser o partido do presidente João Figueiredo e do general Costa Cavalcanti. De olho na nomeação surgiram no PMDB os nomes de Nadir Rafain, Mário Boff, Salvador Ramos e Álvaro Albuquerque. Pelo PDS se apresentaram, Wádis Benvenutti, Tércio Albuquerque, Paulo Mac Donald e Sérgio Lobato. Por fora, corria o engenheiro Sergio Levy, nome preferido do general Costa Cavalcanti. Naqueles dias a maioria desses candidatos à nomeação corria atrás de comendas, certificados, menções e tudo que provasse lealdade aos militares. Lobato chegou a tirar do baú um surrado certificado de reservista, Wádis Benvenutti, fez questão de mandar fazer e pendurar um quadro com o certificado da Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra. Depois de muitas reuniões, viagens à capital, golpes nos diretórios e acusações, PDS e PMDB, chegaram a um acordo e elaboraram uma lista tríplice, com os nomes de Wádis Benvenutti, Mário Boff e Nadir Rafain.

Com o coronel Vianna de malas prontas, a lista foi enviada para as “instâncias superiores”. Passaram-se dias, semanas e nada de nomeação. A demora levou com que os vereadores José Arceno, Sérgio Lobato, Severino Sacomori, Emerson Wagner e João Kuster deflagrassem uma greve de fome para acelerar a nomeação. Enquanto a greve dos cinco vereadores chamava a atenção da opinião pública e da mídia, acusações mútuas rolavam dentro do PDS e PMDB.

Paulo Mac Donald acusava os vereadores grevistas, de estarem a serviço de Tércio Albuquerque para tumultuar o processo de escolha. Dentro do PMDB, a ala jovem acusava Dobrandino e Zizo de terem queimado os nomes de Mário Boff e Nadir Rafain, depois de não conseguirem emplacar Salvador Ramos na lista tríplice. A greve dos vereadores III Alegando demora para a nomeação de um novo prefeito, os vereadores Severino Sacomori, Emerson Wagner, José Arceno, João Kuster, Sérgio Lobato, entraram no início do mês de fevereiro em greve de fome. A greve durou oito dias, tendo apoio e desaprovação das facções tanto do PDS quando do PMDB, únicos partidos com assento na Câmara Municipal.

Ás 15 horas do dia 8 de fevereiro a greve de fome teve o seu desfecho. Na presença de dois canais de televisão (Naipi e Tarobá), rádios e jornais, o vereador João Kuster engasgou a voz e mal conseguiu terminar de ler a mensagem de agradecimento. As lágrimas correram pela face do vereador e ele mal pôde pronunciar que a greve dos cinco vereadores era oferecida ao povo de Foz do Iguaçu. Enxugando as lágrimas, o vereador Sérgio Lobato homenageou Severino Sacomori e José Arceno que foram internados na Santa Casa Monsenhor Guilherme. Lobato afirmou para a imprensa que a greve havia sido encerrada porque a questão sucessória vinha apresentando um quadro favorável. Terminada a solenidade na Câmara, os vereadores que fizeram a greve dirigiram-se à Santa Casa Monsenhor Guilherme para encontrar-se com Arceno e Sacomori que foram internados dias antes. O encontro foi emocionante e entre abraços e lágrimas, José Arceno com seu vozeirão exclamou: “Graças a Deus, tudo terminou!” Por fim, depois de marchas e contramarchas a lista tríplice contendo os nomes e currículos de Mário Boff (PMDB), Nadir Rafain (PMDB) e Wádis Benvenutti (PDS), foi entregue no início da segunda quinzena de março de 1984, para o governador José Richa (PMDB). A lista passaria ainda pelo crivo do Conselho de Segurança Nacional, para então ser aprovada pelo presidente da República, na época general João Figueiredo. No início de março de 1983, chega a notícia de que Wádis Benvenutti havia sido escolhido. Seria ele, o último prefeito nomeado de uma série que havia começado em quatro de junho de 1968, quando Foz do Iguaçu, juntamente com outros dez municípios do oeste e sudoeste do Paraná haviam sido declarados pela ditadura militar “áreas indispensáveis para a segurança nacional”. Foram quase dezoito anos de atraso para estes municípios.

Por terem suas lideranças castradas durante o período de exceção do Estado de Direito surgiram nestes municípios castas que passaram a ter poder político e econômico graças ao apoio dos militares. Os municípios considerados “área de segurança nacional” só voltaram a eleger seus prefeitos depois que entrou em vigor o decreto-lei 2.183, assinado pelo general João Figueiredo em 19 de dezembro de 1984, que devolveu a autonomia clamada nas ruas e praças do interior do Brasil.